

De Mariano Gago a Damião de Góis via Borges de Macedo¹

A morte súbita de José Mariano Gago aos 66 anos gerou consternação nos seus numerosos amigos e admiradores em Portugal e no estrangeiro.

Governante mais durável do regime, a sua obra recebeu tributos unânimes cá dentro, sendo amplamente creditado lá fora por ter criado o Conselho Europeu de Investigação (ERC). Estão disponíveis inúmeros testemunhos num sítio dedicado, foi publicada em sua memória um volume de estudos sobre ciência e ensino superior em Portugal e preparam-se mais homenagens. Esta destaca dois aspetos menos conhecidos do físico e político português, amor pela história pátria e consciência da relação desta com o saber tropical, antes de apreciar a retrospectiva oficial. Focando um retrato de Damião de Góis que desejava oferecer na Flandres e acreditava que eu poderia localizar, a minha homenagem a Mariano pretende ir para além do Palácio das Laranjeiras, onde governou, e da Europa, onde estudou.

MOTIVAÇÃO

José Mariano Gago (1948-2015), físico de partículas e político socialista, alavancou a nossa cultura através da ciência e da educação para viabilizar um futuro melhor na Europa e no mundo, refletindo a abordagem interdisciplinar que passou a designar-se de STS - Ciência, Tecnologia e Sociedade. Em 2000, inseriu a ciência



POR
Jorge Braga de Macedo

Prof. Cat. e Diretor do Centro Globalização e Governança, FEUNL; último Presidente, IICT. Membro do conselho editorial de *Nova Cidadania*

como catalisador da competitividade na Estratégia de Lisboa, acompanhando os esforços da homóloga dinamarquesa para concretizar a relação. De regresso ao LIP - Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas, criado em 1985 depois da adesão de Portugal ao CERN - Organização Europeia de Energia Nuclear, presidiu à ISE - Iniciativa para a Ciência na Europa, criada em Dublin em 2003, a qual se transformaria no ERC - Conselho de Investigação Europeu em 2005².

Tão fluido era o humanismo português e universal dele que me ocorreu um título lacónico como "Gago glocal"³, que também aplicaria a Jean-Pierre Contzen, dirigente histórico da Comissão Europeia, nosso confrade e amigo. Mas interações sucessivas, as quais suscitaram, por seu turno, narrativas onde história e geografia ombreiam com economia alongaram a brevidade glocal. Primeiro veio o desejo, prontamente

atendido por João Carlos Espada, confrade da Academia das Ciências de Lisboa (ACL), de ampliar e divulgar o que, a 4 de maio, publicara no sítio dedicado à sua memória⁴. Com o título de "conversa interrompida", aludia a uma troca de mensagens relativa a Damião de Góis, e levou-me naturalmente a evocar uma paixão pela história que ele partilhava com o meu progenitor bem como o fascínio pelo hemisfério sul que nos aproximou. Nesse testemunho (reproduzido com leves alterações no Anexo 2), aflorava o nosso desentendimento radical sobre o estatuto científico da economia, e a falta de graça dos dichotes sobre "physics envy" (tão do agrado dos próprios físicos) por parte dos cultores da ciência do desespero.

Vai daí, prometo a Manuel Heitor, vizinho e *jogger extraordinaire*, uma revisão intimista de *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, pesado livro de capa mole que ele organizou com quatro mulheres do ISCTE, as quais também assinam uma cronologia, não de 40 mas de 115 anos de ciência e educação republicana⁵. Registrando o mérito do esforço ingente que nos deu esta retrospectiva, percebe-se que tenha deixado a sua revisão intimista para depois dos dois aspetos nucleares. Na quarta seção, altamente subjetiva nos três temas abordados - ritos, mitos e redes - insisto na economia e alívio na sociologia, em comparação com a preferência interdis-

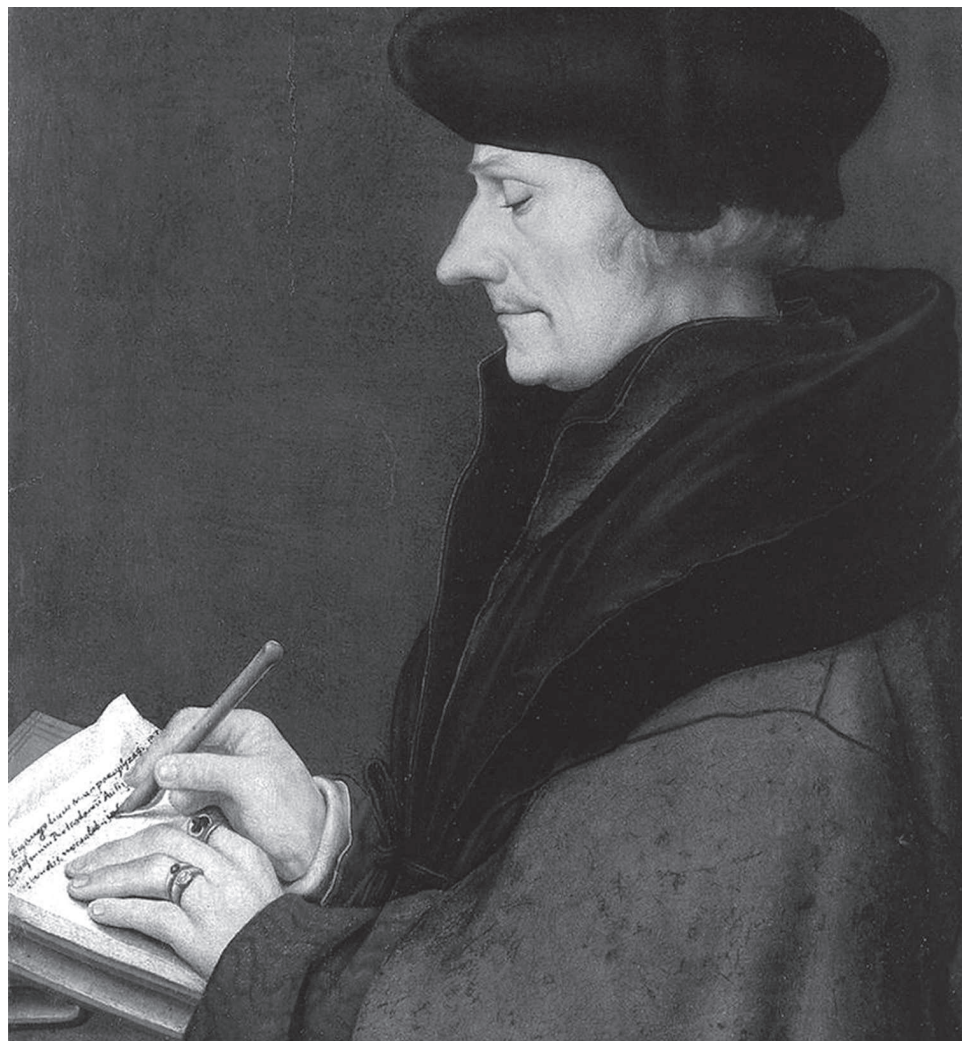
ciplinar da STS. Ainda assim, admito que Mariana Mazzucato, criada em Princeton e doutorada na lendária New School novaiorquina, a possa partilhar, porque escreveu os seus primeiros artigos de economia industrial e inovação com o malogrado Paul Geroski (1952-2005) e agora ensina economia da inovação na “Unidade de Investigação sobre Política de Ciência” da Universidade de Sussex⁶. A sua eloquente defesa do investimento público na ciência em *The Entrepreneurial State: debunking public vs private sector myths*, 2013, muito citada em 40 anos, até alimentou a edição de ferragosto do *Financial Times*⁷!

Como me deram a oportunidade de dizer ao vivo, faltou no lançamento de *40 Anos* o interesse de Mariano pela mistura favorita do (historicamente) nosso hemisfério sul, o que se pode chamar *Futuro e História da Lusofonia Global*⁸. Então, na segunda e terceira seções do escrito, abordo a inovação na pertença comum dos membros da atual CPLP e a tradição que lhe subjaz. Começo por esta, através da história universal que Damião de Góis, *Humaniste Européen*⁹, tanto sublimou e que se torna indispensável “saber continuar”¹⁰. Segue-se o futuro, enquanto resulta da Declaração sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) na cimeira de Bissau, através da repetidas referências ao “conhecimento mútuo” dos membros, ou seja o que me ocupou no IICT durante décadas, uma sob a sua tutela.

Daí também o fio condutor desta homenagem: dar relevo a um lado escondido de Mariano, sabendo que, fruto das relações que tive com ele e que ele tivera com meu pai, posso ter exagerado a descoberta - para continuar a conversa.

TRADIÇÃO UNIVERSAL EM GÓIS: A HISTÓRIA E A PROCURA DA VERDADE

Das 94 monografias constantes do *Legado Bibliográfico de Jorge Borges de Macedo*, publicado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa em 2005, só as separatas com as rubricas 8519 e 8525 são traduções. A primeira, com 5 páginas, *Constants of the History of Portugal* é tirada da edição da ACL destinada a comemorar os 800 anos da bula “Manifestis Probatum” de 23 de maio de 1179,



na qual também se encontra a versão original¹¹. Trata-se de uma espécie de guião da *História Diplomática Portuguesa Constantes e Linhas de Força* que saiu em folhetos na revista *Nação e Defesa* do Instituto de Defesa Nacional entre 1976 e 1985, foi publicada em 1987 e reeditada em 2006, com índice e ilustrações, no quadro do projeto “saber continuar” acordado entre o Centro de História e o IICT (que para o efeito recebeu vários apoios privados). A segunda, com 189 páginas, *Damião de Góis et l’historiographie portugaise*, ocupa mais de metade de um grosso volume de estudos apresentados por José V. Pina Martins, onde se fica a saber a quem se deve a magnífica versão francesa¹².

Ainda assim, este é um texto mal-amado, que não é comentado nas retrospectivas sobre a vida e obra do seu autor: Góis nem sequer figura no índice da 2ª edição de *Constantes* mas Erasmo vem a referido a propósito da recusa de D. João III partilhar o monopólio da pi-

menta com Carlos V e Francisco I, revelando que do respetivo tráfego dependia cada vez mais a posição portuguesa no equilíbrio europeu: “Assim se distanciavam de Portugal as bases da sua política europeia”. A esta constante preocupação da diplomacia portuguesa, linha de força do próprio livro, segue-se uma frase sibilina: “É interessante lembrar-se que é, precisamente, por essa altura que Erasmo critica a posição portuguesa quanto ao monopólio da pimenta e que Francisco I se decide a subalternizar ostensivamente a posição do embaixador português na corte de França.” (p. 125). As motivações serão esclarecidas adiante.

Não podendo as duas obras ter desfechos mais diferentes, revelam ambas a situação e a duração da nossa identidade. Essa é uma dimensão que Mariano e meu pai procuravam na história, e (acrescentaria eu, não só por usar as duas traduções) além da língua.

Apresentado num seminário em Paris em 1975¹³, o estudo foi profun-

damente revisto e traduzido, não necessariamente nessa ordem: sente-se a impaciência do organizador em só o ter publicado depois de sete anos: “Jorge B. de Macedo a voulu étendre et approfondir sa recherche, puis – c’était son droit – remanier em 1980 son travail, dont l’importance méthodologique e bibliographique est evidente” (p. X). Tal como o autor, Pina Martins preocupa-se em que se estude Góis “na ótica e segundo as condições da história no século XVI”.

Além de uma nota prévia (onde se revela a fonte do retrato que Mariano queria adquirir, reproduzido no Anexo 1⁴), da bibliografia e da citação retirada de um requerimento aos inquisidores de 23 de julho de 1572 onde escreve “os homens em nenhuma cousa amostram mais o intrínseco de seus pensamentos que no que escrevem”, o texto divide-se em cinco seções, umas prevenções “em vanguarda”; limitações e constrangimentos; relatos de atualidade; crônicas e a crítica. Não havendo no que segue senão uma arrumação canhestra do original, retirei do texto, sempre traduzido para português, as aspas e as notas identificando as páginas e as 24 subseções, podem contudo conferir-se as citações no Anexo 3 do WP.

Primeiro, o historiado deve ser humilde: a historiografia nunca aparece imediatamente na cultura, e a sua presença nela não é definitiva; surge na sequência de controvérsias que iluminam a necessidade da história. Assim se justifica a indiferença em que muitos humanistas deixavam a história recente, enquanto outros seguiam uma tradição que se desenvolvera entre os historiadores venezianos e florentinos. Para estes, o conceito de acaso ultrapassa a pessoa e a família, para se situar no Estado, e respetivo destino. Confrontados com os problemas postos pelos eventos e pela tática a seguir na constituição de um estado moderno, onde deviam equilibrar-se instituições e formas sociais, os sábios eram levados a perguntar-se como criar instituições estáveis e garantir o seu bom funcionamento. Foi nessa tradição que, em 1495, Erasmo redigiu considerações sobre as regras da escrita histórica (aliás o seu primeiro texto impresso), nas quais apresentava a França como herdeira do Império Romano e lhe previa um futuro brilhante na guerra contra

os Turcos. Enganava-se. Mas é nessa evocação do futuro que confia aos humanistas a tarefa de divulgar proezas memoráveis, o que os torna iguais aos homens de ação, dignos dos maiores elogios – desde que metam as suas qualidades ao serviço do seu país.

Surge também a história universal que, ao contrário da Idade Média, incorpora realidades totalmente diferentes das europeias e suscita por isso a análise teórica da história e das suas exigências críticas. Damião de Góis não se interessou por estes debates, talvez por ter tido “desde muito cedo preocupações religiosas, que o levaram a sentir dúvidas ou a tomar posição relativamente às propostas apresentadas pela Reforma de modo a restabelecer a unidade da Igreja sem abalar os seus fundamentos. Para Góis, o poder nunca poderia ter origem puramente material: é de natureza espiritual e aí está a fonte de qualquer liberdade.

Assim, debruça-se em 1532 sobre a religião dos Etíopes e, durante a sua estadia em Itália, onde foi enviado por D. João III antes do Concílio de Trento, acompanha os preparativos sabendo que Paulo III, eleito papa em 1534, esperava convencer Carlos V e Francisco I a incluir protestantes. Nesse sentido, aproximava-se da corrente que a historiografia posterior identificou como “progressista”.

Em Portugal, porém, eram diversas as querelas religiosas, porquanto a religião aparecia como um modo de sobrevivência mais do que uma guerra civil, o mesmo acontecendo aliás nos Balcãs e na Hungria relativamente ao perigo turco. Conhecido enquan-

to “descobridor da Europa”, Góis não parece ter-se interessado pelo meio cultural português. Ainda assim, manteve o interesse pela atualidade, e esta torna necessário conhecer a história, nomeadamente através das crônicas, que pelo menos conseguem estabelecer a anterioridade dos reis, fator então crucial para a sua autoridade.

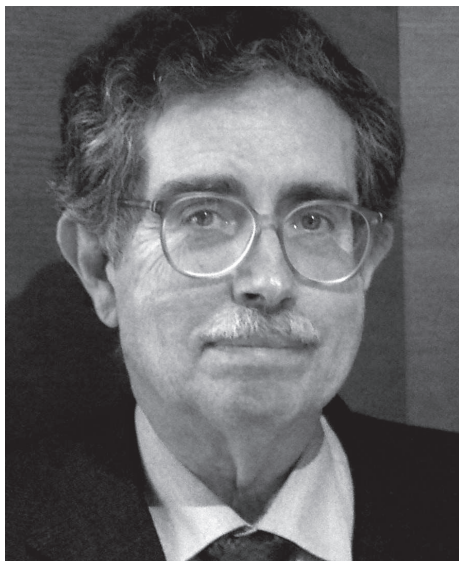
Em Portugal, a experiência do mundo nada deve à física nem à matemática. O espírito científico forma-se a partir da observação psicológica, sociológica, geográfica. Consiste em prever as situações difíceis e em apreciar as diferentes maneiras de viver dos homens. É nesta evolução crítica da historiografia que se situa o esforço para ligar eventos, de modo a elaborar uma noção de “povo justificado”, expressão que corresponde melhor à mentalidade, aos critérios e aos objetivos do tempo do que a de povo eleito.”¹⁵

Analisada a impressão de trabalhos, repara-se a preferência do público por relatos curtos e diretos de eventos sensacionais contemporâneos. Daí nasce o género literário que precede o jornalismo, que Góis escolhe em detrimento da história, talvez porque se tinha habituado a ele na Flandres. Não foi certamente por causa do pendor teórico nacional, com exceção de João de Barros e Camões, ser inferior ao de Espanha, França e Itália. Sabemos que Erasmo não ligou muito ao que Góis escreveu sobre os Etíopes, texto que será proibido em Portugal. Segue-se um opúsculo sobre a defesa de Dio contra os Turcos, provavelmente sugerido pela corte, um elogio da Península Ibérica em resposta a um comentário desagradável na *Cosmographia* de Munzer, um curto trabalho sobre Lovaina dedicado a Carlos V e cartas recebidas. Nomeado conservador da Torre do Tombo em 1548, mantém a predileção pelo relato. Em 1554, escreve um texto sobre Lisboa “suscetível de interessar a Europa”, no qual consegue não tomar partido entre D. João II e D. Manuel.

Como a tipografia permitiu apelar com mais eficácia a esse “juízo público”, a comparação entre os dois soberanos transforma-se a partir de 1530 numa polémica sobre a monarquia absoluta, que aliás se observa noutros países. Esta polémica manteve-se ao longo de todo o século XVI e dificultou a escolha do redator da crônica de D. Manuel



Para Góis, o poder nunca poderia ter origem puramente material: é de natureza espiritual e aí está a fonte de qualquer liberdade



Fotografia tirada pelo autor por ocasião da visita do homenageado ao Jardim Botânico Tropical em 28 Outubro de 2011

até Góis ser escolhido, em 1558¹⁶. Ele redige duas crónicas mas, na de D. João II, fala também de Afonso V enquanto na de D. Manuel, mais completa, só dedica 12% do espaço à metrópole. Não se lhe descobre sombra de trabalho de pesquisa, e menos ainda o espírito crítico da historiografia do Renascimento. Uma das razões é a importância no seu pensamento duma providência caprichosa e tutelar, fundada na religião, mas sem noção sequer de metodologia histórica¹⁷. Sem esquecer que, no século XVI, se acreditava facilmente que Deus quisera a independência de Portugal.

As crónicas deviam fixar eventos memoráveis e dar a cada um o louvor ou a repreensão que merece, sobretudo os reis e nobres. A causa tem alcance social pela via da intensidade dos sentimentos, sem fazer o menor esforço de correlação para a adaptar à dinâmica de grupo¹⁸. O próprio afirmava de alguém que, “sendo estrangeiro se não poderá ter por suspeito em nenhuma das cousas que em esta carta escrevo”. Góis manifesta assim a intenção de ser útil fixando as ações e os nomes dos homens. Se a obra é marcada pela sua personalidade, é devido ao seu sentido do atalho: muitas vezes limita-se a reproduzir o facto “curioso” já citado por outrem. A esse respeito, a sua experiência continental pode explicar que fale raramente do mar, o qual só aparece para indicar o afastamento, como referido acima.

Nos episódios guerreiros, costuma distinguir vitórias, derrotas, atos individuais e personalidades, embora os atores pareçam intermutáveis e os he-



Não se sabe se a profissão de cronista agradaria a Góis, até por ter dito que aquele que escreve por gosto se expõe mais à crítica do que aquele que o faz por encomenda

róis se tornem-se desconhecidos. Dado ao comentário pessoal sobre personagens e factos, tem gosto pela comparação mas é uma atitude que não tem de corresponder aos factos, o que demonstra até que ponto o seu espírito é superficial: Calecut é como Alcochete os chineses são como os alemães!

Como não sentia que era na dificuldade que maturavam as instituições, ao passo que essa ideia apaixonava – e com razão – os historiadores italianos do sec XVI, também esquece o homem concreto que apoia o absolutismo para assegurar um mínimo essencial de liberdade em segurança¹⁹. Por isso é mais espiritualista do que humanista, jornalista mais do que historiador, um calvinista sem Calvino.

Os cronistas revelaram como realidade sociológica uma nova classe dos escritores que se definem pelo estilo. Não se sabe se a profissão de cronista agradaria a Góis, até por ter dito que aquele que escreve por gosto se expõe mais à crítica do que aquele que o faz por encomenda. Tem o seu lugar na cultura portuguesa esta personalidade discutida, cavaleiro, com uma célula familiar medíocre e de relações tensas revelando seriedade nas respostas ao Tribunal do Santo Ofício. Nesta situação trágica faz prova de muita compreensão e elevação.

Embora muitas das críticas às obras de Góis fossem fundadas, não se deve falsear o passado para o dobrar às ideologias funcionais e retilíneas de hoje nem para as corroborar: não é nem um jogo de espírito nem uma arma. Assim se explica o sucesso durável das obras até porque depois Jerónimo Osório viria defender o acaso sem objeção teológica e a perda da independência tornaria inútil a querela entre os dois reis, porquanto já não havia como os portugueses escolhessem o melhor tipo de rei, até à Restauração trazer o tema do “rei natural”²⁰.

Diogo Barbosa Machado faz a biografia de Góis em 1741, num terreno favorável aos estrangeirados enquanto se iam formando organismos puramente culturais como a ACL em 1781²¹. Enquanto o movimento anticlerical se expande, vai-se pondo o problema das minorias num liberalismo imbuído da noção de progresso, visível nos escritos de Eça de Queiroz. A “obra com tese” de Lopes de Mendonça, uma catástrofe científica de “história tribunal”, surge

nesse ambiente, que se mantém com Maximiliano de Lemos em 1921 e depois com David Lopes. Concluem o texto dois pontos sobre a procura da verdade. Passam para a quinta seção, por neles radicar esta homenagem.

ANEXO 1
Retrato para um flamengo

do soube da sua morte por um sms da cunhada Rita. Por casualidade, no dia do trabalhador, encontrei na Praia das Maças o meu vizinho Manuel Heitor, que tantos anos intermediara a relação institucional com a tutela, e que também me apresentou à viúva e filha no velório na igreja da Estrela. Aí decidi sem mais delongas evocar a memória do homem bom que foi um grande

se definiu no virar do século, quando estava na OCDE. Graças a Isabel Rosa e Jean-Pierre Contzen, estreitou-se a partir de 2004, quando fui nomeado para chefiar todo o IICT e não apenas um dos seus vinte e quatro centros. No ano seguinte, Mariano regressou à tutela do IICT e promoveu nova avaliação internacional, que voltou a confiar a Contzen. Durante mais de um lustro, pude apreciar o genuíno interesse que tinha pelo saber tropical e pelas coleções históricas e científicas que o sustentam. Acompanhou com carinho as atividades do projeto “Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar” e revelou-se leitor atento da *História Diplomática Portuguesa Constantes e Linhas de Força* que reeditei em 2006. Deu ao IICT a representação portuguesa no *Consultative Group for International Agricultural Research* sediado em Washington e a promoção da plataforma africana do *Global Monitoring for Environment and Security* europeu, dita GMES Africa.

No início de 2011, confiou-me a importância da colaboração científica com a África do sul, e vim a perceber a confiança mútua com a sua homóloga na altura, quando, já em 2014, ambos homenagearam Nelson Mandela em Lisboa.

Numa sexta-feira de outono daquele ano, acompanhado de João Sentieiro, visitou no Jardim Botânico Tropical a exposição sobre Viagens e Missões Científicas nos Trópicos (1883-2010), integrada nas Comemorações do Centenário (Foto NW). Lembrámos então o centenário do próprio Jardim, em 25 de janeiro de 2006, quando ele descerrou uma lápide alusiva, coisa que não gostava de fazer, depois de participar numa mesa redonda onde também estavam o Secretário Executivo da CPLP (representando o Conselho de Orientação do IICT) bem como J. E. Mendes Ferrão e Joe Berardo.

Em 5 de fevereiro de 2012, assistiu à apresentação de *Ética, Crise e Sociedade* no Arquivo Histórico Ultramarino pelo seu amigo Contzen, por ocasião da conferência *Ciência nos Trópicos Olhares sobre o passado, perspetivas de futuro* que deu origem a uma publicação do IICT com o mesmo título, parcialmente reeditada em *Writing to Queens while Crises Proceed* (Foto NE).

Foi na Academia das Ciências de Lis-



DAMIAO DE GOIS
Jan Mabuse (1478-1533 ou 1536)
(by courtesy of Thos Agnew & Sons, Ltd.)

ANEXO 2
Conversa Interrompida

Não me lembro quando o conheci. Terá sido durante o PREC, até porque sempre nos tratámos por tu... Certo é que ficámos amigos e estávamos em plena correspondência erudita quan-

português e um cidadão do mundo.

Em 1996, enquanto diretor do Centro de Sócioeconomia do IICT, fui chamado a comentar a proposta de reestruturação decorrente da avaliação internacional que ele promovera enquanto Ministro mas a relação só

boa, onde tantas vezes o encontrara, que o vi e ouvi pela última vez. Em 19 de fevereiro participou numa homenagem a Manuel Abreu Faro que se seguiu ao respetivo elogio histórico (Foto SW). Como não pude ficar até ao fim mandei-lhe um sms onde o felicitei pela coragem e autenticidade das suas palavras relativamente ao antigo mestre e sugeri um almoço depois da quaresma, ao que prontamente acedeu até por ter uma questão bibliográfica para mim.

Em 30 de março recebo uma mensagem onde se queixava de eu não ter respondido ao pedido de esclarecimento enviado a 21 de fevereiro. Vou transcrever o registo da conversa interrompida por minha culpa, já que não reencaminei a tempo as respostas que pedira a Luiza, minha mulher, bibliotecária na Academia das Ciências:

“Meu Caro Jorge Retomemos então a mal iniciada troca de impressões bibliográfica. Procurava antontem o teu Damião de Góis et l’historiographie por-



tugaise, Paris, 1982 – Que hoje de manhã me veio parar às mãos, sem busca nem pecado, numa banca de rua de alfarrabistas na rua Anchieta. Falta (é claro) a chancela que tu autor um dia rabiscarás para mim, de forma a transformar acaso intencional em intenção

preparada. Iniciada uma primeira leitura, e observado o volume, vejo, logo a abrir, a reprodução, a cores, de retrato dito Damião de Góis, Jan Mabuse (1478-1533 ou 1536) (by courtesy of Thos Agnew & Sons, Ltd). Donde a pergunta: Essa firma (Thos Agnew & Sons, Ltd) tem (tinha) o retrato mesmo? Uma gravura tardia dele extraída? Fornece e vende dele impressões gráficas, como a que o teu livro inclui? Procurei, certamente mal, achar resposta comercial banal e mandar vir uma cópia (trata-se de cumprir, na Flandres, uma intenção de obséquio e de amizade). Não cheguei lá por vias internéticas imediatas. Provavelmente, bastará tentar localizar a firma e escrever-lhes. Mas como poderias eventualmente lembrar-te do episódio da escolha e da obtenção do retrato, eis a questão.”

Não tendo recebido esta mensagem, voltou à carga a 30 de Março, com o título “Re: pergunta sobre retrato de Gois in livro JBMacedo de 1982 – RE-

NOTAS

¹ Uma versão anterior intitulada “História e Saber Tropical: Memória de Gago para além das suas políticas” apareceu como *Nova School of Business and Economics Working Paper* n.º 595, Agosto 2015 (doravante WP), organizada em cinco seções - Motivação; Tradição universal em Góis: a história e a procura da verdade; Inovação no saber tropical: o caso do ICT; Política das Políticas (Ritos tribais de um livro “inapresentável”, mitos empresariais do Estado, redes e testemunhos comunicacionais); Envio - das quais se reproduzem as duas primeiras mais os Anexos 1 e 2. Agradeço os esclarecimentos de Jean-Pierre Contzen e Manuel Heitor, sendo responsável por alguma deficiência do escrito.

² Os obstáculos constam de um trabalho de 2014 em coautoria com Julio Celis (o segundo testemunho em www.marianogago.pt termina com um sentido “Rest in peace, meu Amigo”), que lhe sucedeu na presidência da ISE, “Shaping Science Policy in Europe”, publicado na revista biomédica *Molecular Oncology*, 8, pp. 447-457. Os autores enaltecem a circunstância de se tratar de revista científica, por oposição a relatórios comunitários, e revelam a sua cumplicidade ao escrever: “In March 2005, José Mariano Gago had been reappointed as Minister and direct links between the movement of the scientific community (ISE) and the Competitiveness Council naturally became more fluid”, aplaudindo “collective action by CLA and others in Portugal (...) promoting science as a priority in public policies and

extending their dialogue across borders. European and national Academies (as for instance KVAB in Flanders) are now engaging in society for long-term programmes aimed at the development of knowledge based economies and societies, nationally and at EU level.” Mais detalhe sobre CLA e KVAB na nota 39 do WP.

³ Tem tradição interdisciplinar este epíteto anglo-saxónico foneticamente próximo de “glauque” (sinónimo de “sinistro” ou “lúgubre” em francês corrente) e, através do sentido erudito de glauco, verde-mar, poderia conotar um dos elementos que aproxima os membros da CPLP relativamente até às suas áreas de integração regional, como têm demonstrado iniciativas sobre “Mares da Lusofonia” em Lisboa, Cascais e Rio de Janeiro. Curiosamente, em Góis mar afasta, como referido no Anexo 3, seção 4.4 do WP.

⁴ Já acolhera a evocação na *Nova Cidadania*, n.º 54, 2014, pp. 51-56 de Manuel Jacinto Nunes (1926-2014), decano da seção de economia e finanças da ACL que apoiou uma abordagem lusófona à crise financeira global, como referido nas notas 23 e 24 do WP.

⁵ Maria de Lurdes Rodrigues, Teresa Patrício, Susana da Cruz Martins e Cristina Palma Conceição. Continuando na veia intimista da recensão, ocorreu-me pedir uma cópia à segunda, ausente no Canadá, ou a Eduarda Gonçalves, a quem me ligam laços de afinidade familiar mas venceu o imperativo territorial: foi graças ao promissário que pude percorrer as 1228 páginas...

⁶ Especializada no desenvolvimento, fica na costa sul a 100 km de Southampton onde Geroski ensinava.

⁷ O relato por John Thornhill do almoço em Londres alude ao preço extravagante do vinho que ela escolheu, o que motivou uma reação imediata na sua página sugerindo, “para poupar dinheiro ao FT”, que o respetivo preço passasse a estar obrigatoriamente incluído. O sub texto aqui foi o almoço de Anne-Sylvaine Chassany com Thomas Piketty, publicado em 26 de Junho que custou dez vezes menos. Porém, a perspectiva do texto salienta a cultura italiana de Mariana usando a designação tradicional de 15 de agosto e o filme alimentar de culto “Pranzo di ferragosto” lançado em 2008. As sete citações são de Tiago Brandão, Manuel Heitor e Hugo Horta (pp. 229, 563, 1070, 1078, 1079, 1081, 1082, fora as bibliografias pp. 1132, 1137, 1186).

⁸ Coletânea de artigos publicados no “Blogue História Lusófona” do ICT organizada por Miguel Jasmins Pereira com prefácio de Lauro Moreira, Embaixador do Brasil junto da CPLP, publicada em 2008 por ocasião dos 125 anos do ICT. No título, o futuro também se referia ao próprio ICT e reproduzia opiniões expressas durante a avaliação internacional mencionada na seção 3.

⁹ O título refere-se a uma publicação de estudos apresentados por José V. de Pina Martins, onde o de Jorge Borges de Macedo, baseada num seminário realizado na Universidade de Paris em 1975, ocupa mais de metade da obra, que só foi publicada em

LEMBRADA!: Bom dia Jorge Para não me teres respondido, - e na hora!, - só mesmo a tua discretamente insinuada invocação da quaresma... Mas lá chegaremos, nem que a pretexto de um Goes retratado muito bem nutrido... O meu propósito hoje é apenas recordatório: erguer da jazida comum dos e-mails que se acumulam por certo nas tuas máquinas, aquele que te mandei e aqui reproduzo abaixo, e obter, se possível, uma reacção tua. Boa, má, ou nem isso. Em resumo: recordas-te do episódio? Se não, quem? Abraço amigo (e sem esquecimento dos partilhados ritos alimentares como fonte de sentido nas civilizações e nas amizades...) Aguardarei! NB Aproveitei a espera e li todo esse teu livro de 1982 (de que só tinha feito uma primeira leitura: forte, sem papas na língua, e muitíssimo instrutivo: obrigado”.

Apanhado em falso, respondi apressadamente à meia noite (acrescento acentos mas não maiúsculas): “Obr q mariano não recebi juro nem sei talvez

luiza em cópia por causa do pina martins...temos de nos ver antes do pentecostes abr de Frankfurt”. Logo chegou outra mensagem: “Jorge Obrigado pela reacção. A pergunta - volto à carga - é simples: lembras-te do assunto ou não? Se não (e seria improvável o contrário!) procurarei por outra via. Abraço amigo” à qual respondi de madrugada (com acentos mas sem maiúsculas): “Obr por voltares à carga mariano o livro é do meu pai lembro circunstancias nada mais mas talvez a nora bibliotecária possa ajudar abr”. Poucas horas depois uma reacção impaciente: “O livro é este. Não me venhas dizer que não é teu! Abraço amigo” (Foto SE).

No mesmo dia 31 de março, Luiza mandara informações para a minha conta da Faculdade, sem porém copiar Mariano: “sei que a gravura do retrato de Damião de Gois pertencia ao Professor Pina Martins, que a cedeu para a edição do Livro. Contou-me várias vezes que excelente que a gravura era e rara, tinha muito orgulho nesta escolha. De resto não sei

onde poderá encontrar alguma cópia” e logo a seguir “Esqueci-me de dizer que houve uma grande exposição na BN em 2002 com muitos retratos de Damião de Goes, talvez possa pedir o catálogo desta exposição, foi entre 25 de Julho e 31 Outubro e o comissário foi Pina Martins.”

Punge-me o coração ter interrompido a conversa. Julgo até saber a quem se destinaria o obséquo já que partilhámos a filiação na Academia Real da Bélgica, ele na ala flamenga eu na francófona mas nem por isso reencaminhei a tempo estas mensagens para o Mariano. Assim ficou uma confusão que me desvanece e mais saudades dele!

Depois da chegada tardia ao velório, percebi pela viúva que esta questão do Damião de Góis o tinha consumido e fiquei desolado de não ter respondido. Estando marcado um plenário de efetivos da classe de letras decidi fazer o seu elogio na Academia que tanto lhe devia e onde o vira pela última vez. Vários secundaram a homenagem mas tudo me sabe a pouco para lembrar Mariano. ■

NOTAS

finais de 1982. Inexplicavelmente, nunca tinha lido o estudo, que foi traduzido para francês, embora me recordasse da agonia que foram as correções das provas, por altura da morte de minha irmã a quem o dedica: “Filiae dilectissimae, Annae”. Ver nota 12 do WP.

¹⁰ Última das “Dez citações de Jorge Borges de Macedo”, *Nova Cidadania*, nº25, 2006, pp. 33-36, título mais descritivo do que *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar* publicado em 2005 pelo Instituto Diplomático (no quadro do projeto com o mesmo nome mencionado na seção 2 e no Anexo 2). Conforme resulta da nota anterior, só agora li o estudo que Mariano cria ser da minha autoria.

¹¹ Os dois volumes do *Legado* foram minuciosamente preparados sob a direção da confrade Maria do Rosário Themudo Barata, sua sucessora na Academia Portuguesa de História. Acontece que, após a sessão de 30 de janeiro de 2014, o confrade João Carlos Espada encontrou a última separata disponível na mesa da entrada da Academia e mostrou-ma. Eu conhecia o texto e gostava muito de citar “os portugueses, entre outras características de persistência e trabalho, sempre tiveram a capacidade, que a bula papal reconheceu, de usar a independência política em defesa do bem comum.” Porém, nunca tinha lido a tradução, que corrigi e publiquei em www.jbmacedo.com/papers/bula.pdf.

¹² Como a nossa troca de mensagens demonstra, lembrava-me bem das

dificuldades em concluir o texto e não me recordo de ler um texto tão cioso em demonstrar a diferença entre historiador, cronista e burocrata, sendo que Damião de Góis se afastava mais do primeiro tipo do que do terceiro. Em 12 páginas igualmente sofridas, o saudoso confrade Pina Martins resume a argumentação e lamenta a severidade da crítica, sem contudo a contrariar.

¹³ A data varia entre 13 de março, no “Avant-Propos” (datado de 31 de março de 1982, p. XI) e 18 de março, na introdução (datada de abril-setembro, p. XLIII), 21 anos antes da sua morte. Na última página percebe-se a oscilação: “Iniciada a composição em 14 de dezembro de 1981, acabou de imprimir-se aos 30 dias do mês de dezembro de 1982”. Ora, em 5 de novembro de 1981 morrera minha mãe e em 10 de abril de 1982 minha irmã Ana. Ver nota 8 do WP.

¹⁴ Trata-se do General Luís da Câmara Pina, então Presidente da ACL. De novo, as mensagens são reproduzidas no anexo 2. A fotografia é de Laura Domingues, a quem agradeço.

¹⁵ Adverte-se que esse elemento essencial da cultura portuguesa é muitas vezes mal interpretado.

¹⁶ Assim Sá de Miranda lembrou ao sucessor o princípio de bom governo “pola lei e pola grei”, de modo que os campos estavam definidos e só poetas permaneceram em liça.

¹⁷ “Aliás Góis não é historiador”, afirmação categórica que chocou Pina Martins: “Quand

l’auteur affirme que Barros et Castanheda sont de meilleurs historiens que Góis, nous sommes tout à fait d’accord, mais il n’en est pas de même lorsqu’il prétend que Góis n’est pas un historien” (p. XXXIII). Até aqui se vêm os ritos disciplinares enunciados na seção 4 em vez do “silo busting” referido na nota 40 do WP.

¹⁸ “Si documentées qu’elles soient, nous jugeons également un peu discutables les assertions que Góis n’a pas fait le moindre effort pour s’adapter à une dynamique de groupe...”. Ver nota 19 do WP.

¹⁹ A ideia também interessava escritores português como Osório, Barros, Castanheda e Heitor Pinto.

²⁰ Pareceu-me perceber que tal se teria dado sob “influencia mariana” mas o texto francês fala de “la forte influence de Mariana” (p. 208). Só encontrei mais uma ou duas galhas mínimas em todo o texto, esta seria a única a causar perplexidade. Segue-se uma referência a Antonio Caetano Sousa, que considera Góis inimigo dos Bragança por favorecer D. João II. O autor comenta “Pour employer le langage de l’histoire sociale d’aujourd’hui, il penche vers la dynamique de groupe, déjà implicite dans la généalogie” (p. 210). Sobre a ausência desta dinâmica em Góis, ver nota 17 do WP.

²¹ Na ACL tem críticos como Correia da Serra e defensores como Francisco Morato em 1816, João Pedro Ribeiro em 1812. Com o liberalismo, é redescoberto pelo Visconde de Santarém em 1836.